



**UM PASSO À FRENTE, DOIS ATRÁS
(OU)
AS FORÇAS ARMADAS E O MÉTODO DA SELEÇÃO NATURAL FORÇADA**

João Costa Filho
joacostafi@gmail.com

Resumo:

Este artigo retrata o depoimento de Cármen Lúcia Lapoente da Silveira sobre sua luta por Justiça e reconhecimento do Estado e do Exército pela morte, por tortura, de seu filho Márcio Lapoente da Silveira, ocorrida em 9 de outubro de 1990, em treinamento na Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN), aos 18 anos de idade. Situa o contexto em que o fato se dá e se repete em inúmeros outros casos, até hoje, muitos sequer chegando ao conhecimento público. Considera o empenho das forças armadas brasileiras para anular o julgamento de seus crimes dolosos contra a vida de civis por Tribunais de Júri, como previsto na legislação Constitucional, finalmente alterada, de afogadilho, em outubro de 2017, fazendo retroceder para o Tribunal Militar, como na época de ditadura civil-militar de 1964.

Palavras chave: Forças Armadas; treinamentos militares; tortura; mortes.

Abstract:

This article portrays the testimony of Cármen Lúcia Lapoente da Silveira about her struggle for Justice and recognition of the State and Army for the death by torture, of her son Márcio Lapoente da Silveira, who was on October 9, 1990, in training at the Academia Militar de Agulhas Negras (AMAN). This article also stood the context that such fact occurs and is repeated in countless other cases till nowadays. Many even come out to public knowledge. And it looks the endeavour of the Brazilian armed's forces to annul the trial of their intentional crimes against the lives of civilians at Jury Courts. That was hastily modified in October of 2017 pushing back to the Military Court as in times of dictatorship, which is not consistent with Brazilian Constitution.

Keywords: Armed Forces; military training; torture; deaths.

*Quais são, em última análise, as verdades do homem?
Seus erros irrefutáveis.
Frederico Nietzsche*

*Navegar é preciso, viver não é preciso.
Fernando Pessoa*

Passagens intestinas sobre as Forças Armadas brasileiras no clássico *História Militar do Brasil*, de Nelson Werneck Sodré, militar de carreira, deixam evidente o quão delicado é tratar em público problemas da caserna. Mesmo não sendo o único, o historiador abordou a questão com olhos de humanidade de forma aguda. Foi cassado e perseguido pelo regime que militarizou a mais longa tormenta dos ditadores na história do país (1964-1985). É da memória silenciada da violência de Estado e seus disfarces que esta breve reflexão trata, ao relatar o depoimento de Cármen Lúcia Lapoente da Silveira, mãe do cadete Márcio Lapoente da Silveira, morto num treinamento da Academia Militar das Agulhas Negras – AMAN, em 9 de outubro de 1990. Apesar das denúncias o tabu se mantém.

Num país que luta ainda contra o esquecimento daqueles horrores, para que não se repitam, eles ocorrem quase que cotidianamente em treinamentos militares. Entretanto, as Forças Armadas são apontadas como um grande trunfo no combate à chamada violência urbana e rural e ao tráfico de drogas. Não só na ECO-92, onde foi notória sua atuação, também os eventos que a sucederam contaram com sua presença destacada nas ruas, como na Operação Rio, de 1994 e 1995. Em todos eles ocorreram diversos problemas, especialmente nas favelas da cidade, onde registraram-se até casos de mortes sequenciais. De lá para cá, essa atuação militar se acentuou com a intervenção militar federal, em 16 de fevereiro de 2018.

De fato, após setenta anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), o país passou pelo menos 21 deles sob a batuta dos ditadores militares e sua histórica impunidade, e os últimos “30 igualmente longos anos de transição controlada, ainda sem desenlace” (Greco, 2018, pág. 26). Isto é, sem dar conta de questões como, destaca a historiadora Heloísa Amélia Greco, “da criminalização do dissenso e dos obstáculos interpostos à busca da memória, verdade e justiça na perspectiva daqueles que lutam contra a opressão” (idem). Assim, acrescenta em sua análise *Direito à verdade, à memória e à justiça: a luta contra o estado de exceção continua!*, a cultura do terror, da impunidade, do sigilo, da destruição continuada do

espaço público, da *mentira organizada*, da fabricação do esquecimento – levada às máximas consequências pela ditadura militar – prosperou e permanece arraigada no aparelho de Estado. Até hoje não foi sequer equacionado o contencioso da ditadura militar ... Não podemos perder de vista que a função do direito é legitimar a dominação. (ibidem, pp. 27-28 Grifo da autora).

A partir da instauração da Lei 9.299/1996, que excluiu da competência da Justiça Militar os crimes dolosos contra a vida de vítimas civis, a questão das garantias individuais parecia “pacificada”, sustenta o Procurador Regional da República Vladimir Aras¹. Desse modo, segundo ele, o país consolidava a equação constitucional do “Estado Democrático de Direito: para os crimes em geral, a jurisdição comum; para crimes estritamente militares, a jurisdição especial; para os crimes de homicídio, o júri.”². Apesar disso, no lugar de defini-lo como Estado Democrático de Direito, Greco (2018, p. 26) considera-o como um “Estado Penal, sucedâneo do Estado de Segurança Nacional”.

De norte a sul do país, a formação de novos quadros de comando e ação militar é intensificada, em detrimento da condição humana de oficiais e praças, sem que se mudem métodos e conteúdos. Protocolos e Acordos em torno dos Direitos Humanos seguem não sendo cumpridos, como se verá. Paralelamente, este cenário acentua situações potencialmente conflitivas com civis (considerados criminosos ou não), adiciona, no mínimo, diz Aras, complexidade a um tema não apenas delicado, mas, segundo especialistas, nebuloso – a conceituação de crimes militares.

Passo seguinte: a tragédia anunciada. O Senado recua, 21 anos depois, aprovando a Lei 13.491/2017, sancionada de afogadilho, em três dias, pelo então presidente Michel Temer. Desse modo, foi ampliada a competência da Justiça Militar da União (JMU) para julgar civis por crimes militares e várias condutas praticadas por militares das Forças Armadas, anulando a competência da Justiça Federal, alcançada em 1996. Realizada, assim, numa sexta-feira 13 de outubro de 2017, sem o devido debate com a sociedade civil, afirma o Procurador que essas alterações assustam. “Acordos firmados pelo Brasil, no Pacto de São José da Costa Rica, de 1969, e precedentes da Corte Interamericana de Direitos Humanos (Corte

¹ Texto disponível em <https://vladimiraras.blog/2017/10/18/as-novas-competencias-da-justica-militar-apos-a-lei-13-4912017/>, consultado em 10/02/2018.

² Idem

IDH/OEA), foram atropelados”³. Embora, considera, não tenha sido julgada ainda a proposta da Procuradoria Geral da República (ADPF 289/1969), para que o STF defina os limites constitucionais da aplicação a civis do Código Penal Militar. Até hoje, em mãos do relator, Ministro Gilmar Mendes.

Segundo a Corte Interamericana de Direitos Humanos (OEA), ressalta Aras⁴, a competência da Justiça Militar deve se restringir unicamente aos crimes propriamente militares, tendo em vista critérios de especialidade. Nada além daí, sustenta o Procurador. E explica: pois deve-se ter em mira o direito a um juiz (natural) independente e imparcial, não submetido a qualquer hierarquia militar, a fim de que se assegure um julgamento justo para todos os que se sujeitam ao foro criminal.

Informação veiculada pela imprensa, em 2001, entretanto, dava conta de outra dimensão do problema. Em reportagem sobre as Forças Armadas e a ação da Justiça Militar, o jornal O Globo (19/08/2001, p. 19 apud COIMBRA, 2001) informou que “a grande maioria dos cerca de 1500 inquéritos e processos em tramitação na Justiça Militar da União, é de crimes como latrocínio, homicídio, estelionato e roubo”, que fogem da competência desta justiça. Esses crimes, só no estado do Rio de Janeiro, chegam a 71% do total desses processos, apontou o jornal.

Neste mesmo artigo, publicado na página da Rede Social de Justiça e Direitos Humanos, relacionando 23 episódios de torturas ou violações nas Forças Armadas contra seus próprios integrantes, Cecília Coimbra destacou na referida reportagem de O Globo (19/08/2001), o registro do alto número de casos de alcoolismo e uso de drogas nas Forças Armadas. Diz o jornal: “somente no ambulatório do Centro de Tratamento Químico do Hospital Central da Marinha estão, cerca de 300 militares dependentes de álcool, barbitúricos, anfetaminas, maconha e cocaína” (Coimbra, 2001).

Fora este quadro - pouquíssimo divulgado - uma outra questão ganha espaço dentro das Forças Armadas: o uso sistemático da tortura e de outras violações contra seus próprios integrantes. O tema é bastante delicado e, no Brasil, embora considerado tabu (frequenta o noticiário, em geral, a partir da queixa de familiares). Pela força, prestígio e poder que as Forças Armadas ainda desfrutam no país – não

³ Idem

⁴ Idem

esquecer a ditadura e a transição para os governos civis comprometidas pelo silenciamento e pelo esquecimento – as investigações são realizadas dentro das próprias corporações e as punições, quando acontecem, são bastante leves tendo em vista os delitos cometidos. (idem).

Casos de morte, humilhações e coações seguem sendo rotina. Assim como episódios envolvendo maus tratos continuam não sendo novidades nas Forças Armadas. E ressaltou: ...até documentos em vídeos já registraram coações físicas e psicológicas durante treinamentos: em 1993, a imprensa brasileira teve acesso a uma fita que mostrava soldados do Exército sugando o sangue de galinhas mortas. Também há registros de casos de suicídios motivados por humilhações e coações psicológicas (ibidem).

Uma das fundadoras do Grupo Tortura Nunca Mais, Cecília lembrou que, em maio de 2001, o GTNM-RJ e o Centro de Justiça Global entregaram ao Comitê Contra a Tortura da ONU documento onde eram assinalados 11 casos de torturas e violações acontecidos, em especial no estado do Rio de Janeiro, a partir de 1990. Outros casos, divulgados em publicações menos visualizadas e, eventualmente, pela imprensa, se somam e vão se tornando, contudo, de algum modo, públicos, frisou Coimbra (2001).

Entretanto, somente em um número muito pequeno deles houve continuidade das denúncias feitas, como no caso do cadete Márcio Lapoente da Silveira, que mesmo não tendo a família sido ressarcida foi dos que mais avançou. Na maioria, pressionadas de diferentes formas, as pessoas desistiram de suas denúncias” (ibidem). Suas palavras não perderam atualidade.

O Caso do Cadete Marcio Lapoente da Silveira e outros casos

Jovem cadete da Escola de Oficiais do Exército, com apenas 18 anos, Márcio Lapoente da Silveira foi torturado e morto por agentes do Estado, durante treinamento na Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN). Dias antes, relembra a mãe, Cármen Lúcia Lapoente da Silveira, Márcio passara um final de semana alegre e saudável com a família e, feliz, brincara com as crianças que tanto estimava, de amigos da vizinhança da casa em que morava com os pais em Vila Isabel, no Rio de Janeiro. Foi sua despedida, sem que se soubesse ou pudesse imaginar o que estava para acontecer.

Telefonemas alertaram a família: Lapoente fora espancado pelo tenente Antônio Carlos de Pessôa, oficiais e médicos que participaram do treinamento nada fizeram. O “erro” foi pedir para ser liberado do exercício; ao sentir-se mal, desmaiou. O instrutor, um oficial da AMAN, o chutou, socou, xingou e saiu anunciando que era tudo “fingimento” do cadete. Lapoente morreria sete horas depois, numa ambulância sem refrigeração e equipamentos médicos adequados, a caminho do Hospital Central do Exército (HCE), mais de 100 quilômetros de distância. Além das marcas do espancamento, dedos de uma das mãos esstraçalhados por coronha de fuzil.

Um cadete das Agulhas Negras. Tinha 18 anos, numa instrução militar na maior e mais importante escola militar do país. Não foi o único. Não foi o último. Não foi sequer o primeiro! Apenas morreu como muitos outros cadetes, na instrução sobre limites das possibilidades físicas, da vida, em áreas militares, sob olhar, mãos e pés de oficiais instrutores, “bravos” militares. “Onde está a cabeça do Comando de uma Escola Militar que faz e permite isto com um jovem?”, pergunta a mãe, toda vez que morre outro jovem, nas mesmas condições de seu filho.

A família reúne uma documentação com milhares de páginas, registros, relatos. Inicia pelo ocorrido em Resende, naquele dia. São cartas, recortes de revistas e jornais, fotos, da infância, em Florianópolis: aos dez anos, “estudante da Escola de Aprendizes da Marinha”, e às vésperas da morte. Além de recortes de jornais, documentos, solicitações de ajuda, pedidos de socorro a autoridades, generais, presidente da República; declarações de esperança e tristeza de amigos, parentes, familiares e de solidariedade ao sofrimento e à luta dos pais e do Cláudio, especial, com diagnóstico de autismo – “o mais afetado pela ausência do irmão, de quem guarda saudades e orgulho”, diz a mãe – durante toda a entrevista, silencioso e emocionado, sentado a meu lado.

O substancioso registro documental não trata apenas dos Lapoente da Silveira ou apenas do sofrimento que transformou seus dias, e lá se vão 28 anos – “parece que foi ontem”, Cármem deixa escapar. Desde a perda do filho, ela sabe: “morto por quem estava ali para zelar pela vida, a saúde e a integridade dos jovens alunos e subordinados, sob o seu comando”.

Há ali também registro de outras mortes, a maioria nas mesmas condições – “muitos casos iguais ao de Márcio sequer se toma conhecimento; não chegam ao público, se não são revelados pelas famílias; elas são ameaçadas, muitas são pobres,

se vencidas pelo medo, não chegam à imprensa ou são por ela tratados pela versão militar”, admite. Para ela, sua luta foi importante: é procurada por parentes de jovens desconhecidos que perdem a vida em treinamentos militares – “gente de todo o Brasil me telefona para saber como deve proceder”. E conta de onde vem tanta generosidade: “a dor une as mães em busca de uma solução, diante de uma instituição tão poderosa”.

O apoio do Grupo Tortura Nunca Mais- RJ (GTNM-RJ) foi fundamental, destaca, para o empenho de elucidar as causas da morte de seu filho. Lembra o marido, o capitão-tenente reformado da Marinha, Sebastião Alves da Silveira, já falecido e, por muitos anos, militante e tesoureiro do GTNM-RJ para afirmar: “com a força do que viveram, nos ajudaram a não desistir um só minuto”. A “surpresa” veio logo com as primeiras versões “claramente contraditórias, criaram um caos para nos desanimar”, conta. “Márcio amava esporte, era um menino forte, media 1,80 metro, tinha corpo e resistência de atleta”, rebate orgulhosa. Primeiro disseram que foi “mal súbito”. Justificativa. Sabiam. No Hospital da Academia, médicos deram tratamento para “meningite”. Tratamento errado, piorou. Então, decidiram transferir, mas não para o hospital da região, para o HCE – mais de 100 quilômetros de distância e numa ambulância sem oxigênio e sem equipamentos de emergência; chegou morto.

Cármem relata a tortura: “No fim da corrida, Márcio reclamou de cansaço, passou mal. Foi xingado pelo De Pessôa. Caído, recebeu chutes e socos. Esse tenente não passa de um carrasco, exigiu que ele continuasse. Dois médicos, 10 oficiais assistiram tudo, não se mexeram. Filmaram: dois oficiais, um se aproximou do Márcio, que agonizava, e disse: ‘Você está com cara de quem vai morrer’. Morreu.”

Na época, sem acreditar, ela e o marido se perguntavam: por que não utilizaram um helicóptero, em vez dessa ambulância em péssimas condições? Como os médicos não conseguiram ver que as marcas de espancamento no corpo do meu filho não eram de meningite? Por que ele não foi tratado lá em Resende mesmo? A sensação da indiferença dos oficiais pela vida, veio aos poucos.

O Comandante da AMAN levou oito dias, para responder a carta dos pais, conta. Para dar uma resposta padrão: “que 1.850 alunos da Academia aceitaram o desafio de receber esse tipo de formação, por livre e espontânea vontade”. E nova versão: no “cerimonial”, Márcio “caiu subitamente ao solo”, escreveu. Depois, elogiou

a nota do cadete em exercício anterior: “ele estava em boas condições físicas e de saúde”; e argumentou: de ambulância, “porque a AMAN não dispõe de helicóptero”.

Inconformados com a absolvição na 2ª Auditoria Militar, recorreram ao Superior Tribunal Militar, em Brasília. Protestaram denunciando a tortura nos quartéis. Pintaram “um mural bem grande”, no muro do Jockey Club do Rio de Janeiro, alertando quem fosse fazer o alistamento na Região Administrativa da Gávea.

O ano de 1992 não foi fácil para eles. Além do seu filho, viram que a tortura nos quartéis brasileiros não terminara com o fim do regime dos ditadores. Se repetia, “explodia no grito dos torturados o silêncio imposto para ocultar”, lembra Cármen.

Em fevereiro de 1992, jornais registraram a morte do soldado Eduardo Hermínio da Silva, 21 anos, do 20º Batalhão de Logística da Brigada Paraquedista, na Vila Militar/RJ. Encontrado morto na cela do quartel – um caso típico dos assassinatos por tortura durante a ditadura, quando o morto era apresentado como “suicida” dentro do cárcere. Parente dele descreveu no corpo do soldado marcas semelhantes às causadas por choque elétrico. A última imagem do Vladimir Herzog morto me vem à lembrança.

Em julho de 1992, o caso (já citado por Coimbra) do soldado Emerson Santos de Melo, 20 anos. Humilhado no 3º Batalhão Especial de Fronteira em Macapá, se suicida, denunciando em carta perseguição e *bullying*. O Exército sequer se pronunciou.

No ano seguinte, em dezembro de 1993, o soldado Alexander Cristiano da Silva, preso no Batalhão de Aviação do Exército em Taubaté/SP, por tentativa de deserção, foi encontrado morto, “enforcado” com um cadarço de coturno, na cela. Os pais de Márcio decidiram não ficar calados.

O tempo vai e volta na cabeça de Cármen: “Além de tentarem acobertar o caso. Na Justiça Militar, o espírito corporativo protegeu aquele homem cruel. A abertura do caso foi atrasada para ele fosse promovido a capitão”.

O Superior Tribunal Militar só reconheceu “excessos” praticados pelos oficiais, e “negligência e erro” dos médicos da AMAN, em 2006. Apenas De Pessoa – já promovido a tenente-coronel e comandando o 30º Batalhão da Infantaria Motorizada, em Apucarana – foi julgado, condenado e beneficiado “por sursis”. O processo foi arquivado, responsabilizada a União, para o custeio do funeral.

“Aquilo foi tortura”, relembra Cármen. A autópsia – sem falar em tortura, justifica o erro médico da “meningite” – foi assinada pelo legista Rubens Pedro Macuco Janine, denunciado pelo GTNM-RJ ao Conselho Regional de Medicina, pois assinava laudos falsos de presos políticos na ditadura.

Vinte e dois anos depois da morte, a União assumiu, em outubro de 2012, o “Acordo de Solução Amistosa” firmado entre o Brasil e a Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) da Organização dos Estados Americanos (OEA), em janeiro de 2012. Cármen conta como foi. A família recorreu, denunciando à OEA, junto com o GTNM-RJ, a tortura que levou à morte de Márcio na AMAN. De janeiro a outubro, durou o vai não vai. O Acordo chegou a ser contestado no STF, por pedido de nulidade, protelando a aplicação.

Finalmente, o então Comandante do Exército pediu desculpas de Estado, pela morte do cadete. Placa permanente homenageia Márcio, na AMAN. O Acordo determinava ainda “aplicação de medidas preventivas” para evitar novos casos, “estudos e gestões com vistas ao aprimoramento da legislação e da atuação das Justiças Comum e Militar” e “ensino de direitos humanos no currículo de formação militar”. Foi aplicado? Novas mortes sugerem que não. Outros 23 casos de violações de direitos nas Forças Armadas seriam analisados, o estudo foi apresentado pelo GTNM-RJ. Não houve reparação em dinheiro à família. O caso tramita ainda em ação na 16ª Vara Federal do Rio de Janeiro.

Outros Casos Vêm à Tona

O cadete Maurício Silva Dias, de 18 anos, aluno do 3º ano do Curso de Infantaria da AMAN, morreu após passar mal, dia 13 de junho de 2008. Dois outros cadetes, que também passaram mal, internados na UTI do Hospital Escola junto com ele, sobreviveram. Participavam do chamado “Meg”, a mais temida bateria de treinos da Academia. “O Meg é o inferno. No segundo exercício, da manhã do primeiro dia, depois de andarmos por 24 quilômetros, ele não aguentou” (Revista Isto é Independente 25/06/2008), disse um cadete, que pediu para não ser identificado.

“Foram seis mortes no último ano” (idem), disse sem fornecer detalhes. Citou ainda o nome do cadete Expedito Eduardo Sobral Cavalcante, de 21 anos, morto em 2005, segundo ele. “Perdeu a mão quando uma granada explodiu durante uma das

instruções da academia” (ibidem), disse. Desolada, a mãe, Maria Lúcia, ficou sem saber o que fazer, contou.

Em 25 junho de 2008, a mão pesada do Exército voltou a bater. Três jovens civis foram entregues a um traficante da favela do morro da Mineira, no Catumbi. O encontro insólito foi amplamente divulgado pela imprensa. O tenente Vinícius Ghidetti, um dos 434 oficiais formados pela AMAN, em 2007, estacionou as viaturas do Exército na subida do morro, o acompanhavam um sargento e nove soldados. Apontou os jovens e disse ao traficante: “*Trouxe um presentinho pra vocês.*” O bandido indagou: “*São alemão?*” – gíria que identifica integrantes da facção rival. “*São da Provi*”, disse o militar, o Morro da Providência, e despediu-se com um caloroso “*Valeu!*”. Foi embora ouvindo o desespero dos jovens: “*Pelo amor de Deus, eles vão nos matar!*” (Ibidem). Os corpos de Wellington Gonzaga da Costa Ferreira, 19 anos, David Wilson Florêncio da Silva, 24, e Marcos Paulo Rodrigues Campos, 17, foram achados num vazadouro de lixo da Baixada Fluminense. Tinham 46 tiros, a maioria na cabeça.

Além de revolta, as mortes reacenderam debates sobre o papel dos militares, retratou a reportagem. Para as mães, restou a dor e o luto: Benedita, avó de David, Maria de Fátima, mãe adotiva de Marcos Paulo, e Lílian, mãe de Wellington, não se conformam com o destino trágico dos garotos. O tenente Ghidetti, o sargento Leandro Maia Bueno e os soldados José Ricardo Araújo e Fabiano Elói dos Santos, tiveram prisões preventivas decretadas. Sete soldados estão presos. Testemunhas dizem, era costume gritarem para suspeitos: “*Vou levar vocês para a Mineira!*” (ibidem).

O dia 16 de abril de 2010 tinha tudo para as famílias de cinco recrutas comemorarem a entrega da boina. O rito sucede o treinamento de guerra da Operação Boina – quatro dias de intensos exercícios na floresta –, parte do serviço militar anual. Não foi uma experiência gratificante para os soldados Mendes, Mateus, Bruno Lima, Alisson e Cleiton, contou um repórter local. Eram do 7º Batalhão de Engenharia e Construção (BEC), entraram em convulsão, na tarde anterior, quando participavam dos últimos exercícios em área de mata de Senador Guiomard, a 25 quilômetros de Rio Branco.

Chegaram no Hospital Geral de Senador Guiomard com contrações involuntárias, febre e reações de instabilidade emocional. Um deles, mais estável,

afirmou que caminharam 12 quilômetros pela BR-317, em meio ao sol da tarde, tiveram insolação, reportou.⁵

Uma assistente de enfermagem chegou a chorar diante do que classificou de humilhação e desrespeito. “Um sargento chegou com um deles na ‘gravata’. Ele o pegou pelo pescoço e o arrastou lá para dentro. Ofereci uma maca, mas o cara, eu acho que é sargento, disse: não, não precisa de maca coisa nenhuma” (idem), contou. Segundo o médico Lúcio Fernandes de Souza, os cinco chegaram apresentando sinais de desidratação. Dois pareciam estáveis. Três horas depois, os cinco foram encaminhados ao Hospital de Base de Rio Branco, em ambulância do Serviço Móvel de Urgência e Emergência, o Samu. “Preliminarmente, vemos que estão desidratados e apresentam distúrbios neurológicos graves. Não sei até que ponto isso pode ser reversível” (ibidem). O médico seguiu com eles para Rio Branco. Não se teve mais notícia do caso.

O cadete Renan Mendonça Borges Gama morreu, dia 24 de setembro de 2011, após um exercício de treinamento de resistência física. Era do 3º ano do Curso de Artilharia da AMAN. Chegou a ser transferido para a UTI do Hospital Samer, de Resende (RJ), onde sobreviveu por duas semanas. Teria sido agredido por instrutores num acampamento onde lhe foi negado socorro. Segundo o Hospital, o coração parou de bater com indício de síndrome de rabdomiólise, o comprometimento da musculatura em decorrência de excessivo esforço físico. Oficialmente, Borges “se sentiu mal após os exercícios”⁶. A nota da Academia tentou minimizar o diagnóstico médico: “O exercício teve também a participação de mais de 400 cadetes do 3º ano em dois turnos, com duração de cinco dias cada turno, sem nenhum outro caso grave” (idem). “Meu filho estava aqui há 4 anos, era um cadete experiente e saudável. Rapaz forte. Não sei o que aconteceu, me entregaram ele assim”⁷, disse o pai, apontando a sepultura, após o enterro. Contou que recebeu inúmeros relatos de que o rapaz pediu diversas vezes para abandonar o exercício quando passava mal, não teve permissão para parar.

⁵ Texto disponível em <http://www.forte.jor.br/2010/04/16/cinco-soldados-do-7%C2%BA-pec-passam-mal-apos-treinamento/>, consultado em 15/01/2018.

⁶ Texto disponível em <http://www.paulopes.com.br/2011/10/morre-na-aman-cadete-que-teria-sido.html>, consultado em 15/01/2018.

⁷ Texto disponível em <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2011/10/meu-filho-era-um-cadete-experiente-diz-pai-de-jovem-da-aman-que-morreu.html>, consultado em 18/01/2018

Anderson Barbosa da Paixão e Silva, de 22 anos, era do terceiro ano do curso de artilharia. Teve parada cardiorrespiratória, dia 20 de maio de 2013, após participar de uma prova de corrida, de 4 quilômetros, na AMAN. Foi atendido pelos médicos que acompanhavam o exercício. O Hospital Escolar da Academia informou ter aberto inquérito para investigar as causas da morte. Seu corpo foi encaminhado para o IML de Resende.⁸

Clayton Nascimento de Oliveira, cadete do 4º ano do Curso de Material Bélico da AMAN, foi encontrado morto por volta de 1h e 30min da madrugada, dia 18 de março de 2015. Estava de serviço. Fazia a ronda na área da seção de Educação Física da Academia. Teria se afastado do companheiro de dupla da ronda e disparado contra o próprio peito. Afirma-se que se suicidou por haver terminado o namoro. Estava com o celular na mão. Curioso é que antes ele excluiu todos os grupos do *WhatsApp* e as mensagens do *face book*. A AMAN informou ter aberto inquérito para investigar o caso.⁹

A Marinha investiga a morte de Marco Túlio de Oliveira Reis, de 21 anos, no Hospital Naval Marcílio Dias, após passar mal, em janeiro de 2016, durante um curso da Escola de Formação de Oficiais de Marinha Mercante (EFOMM), no Centro de Instrução Almirante Graça Aranha (Ciaga), em Parada de Lucas/RJ. O corpo do jovem foi enterrado em Entre Rio de Minas/MG. Segundo a Marinha, chegou ao hospital com febre alta. A tia, a professora universitária Ana Carolina Reis, contesta. Afirma que a Marinha lhe informou que Reis teria tido um “mal súbito e internado com febre altíssima”¹⁰. A família ouviu relatos que afirmam que Túlio teria vomitado sangue e tido convulsões. Segundo os familiares, Marco Túlio era saudável e praticava esportes físicos. A Marinha nega que os alunos tenham feito algum tipo de exercício que possa ter provocado o mal-estar em Marco. As causas da morte ainda são desconhecidas. Parentes que receberam o corpo, em Minas Gerais, afirmaram não estar em condições ideais para ser velado. Por isso, foi encaminhado para uma segunda funerária fazer novo preparo.

Eduardo Gonçalves de Oliveira morreu, aos 17 anos, dia 16 de novembro de 2016. Natural de Rosário/RS, era aluno da Escola Preparatória de Cadetes do Exército (EsPEX)

⁸ Texto disponível em <http://g1.globo.com/rj/sul-do-rio-costa-verde/noticia/2013/05/cadete-morre-durante-exercicio-na-aman-em-resende-no-rj.html>, consultado em 18/01/2018.

⁹ Texto disponível em <https://alfocunha.blogspot.com/2015/03/cadete-se-suicida-dentro-da-academia.html>, consultado em 10/02/2018.

¹⁰ Texto disponível em <https://odia.ig.com.br/noticia/rio-de-janeiro/2016-01-15/marinha-investiga-morte-de-jovem-durante-treinamento.html>, consultado em 18/01/2018.

de Campinas, em São Paulo. Internado na UTI do Hospital Madre Theodora, em Campinas, com suspeita de pneumonia, faleceu com infecção generalizada, contaminado por estafilococos. Outros seis estudantes foram hospitalizados na mesma unidade hospitalar com infecção na garganta. O Exército nega que estivessem infectados por febre maculosa adquirida após uma atividade em área de mata. Em nota, afirma que não há conexão entre os dois casos que levaram às internações.¹¹

O 3º Sargento de Infantaria Daniel Dedablio Poczwardowski, de 29 anos, do 51º Batalhão de Infantaria de Selva, em Altamira, no Pará, “sentiu-se mal”¹² e morreu, dia 15 de maio de 2017, no Hospital de Guarnição, de Marabá, quando participava de um Estágio de Caçador Militar, no 52º Batalhão de Infantaria de Selva. Outros quatro militares também “sentiram-se mal e foram medicados no mesmo Hospital, estando em condições estáveis” (idem). Segundo o Comando Militar da região, o sargento integrou o 7º Batalhão de Infantaria Blindado (BIB) e participou da missão no Haiti, junto com as Forças de Paz da Organização das Nações Unidas (ONU). Foi aberto inquérito para identificar a causa da morte.

Wesley dos Santos, de 18 anos, Jonhatan Cardoso, de 19 anos e Vitor da Costa Ferreira, também de 18 anos, lotados no 21º Depósito de Suprimentos, se perderam durante um exercício e entraram em um lago no 20º Grupo de Artilharia de Campanha Leve, onde acabaram afogados, em 24 de abril de 2017. A promotoria militar informou que “os denunciados, agindo culposamente, descumprindo seus respectivos deveres objetivos de cuidado, causaram a morte, mediante asfixia mecânica por afogamento, das três vítimas fatais e também, culposamente, a integridade corporal do quarto militar”¹³ O advogado da família pedirá em recurso que respondam por homicídio com dolo eventual (em que se assume o risco de provocar o resultado) e processar a União por danos morais e materiais pelas mortes. Foram denunciados pelo advogado: um capitão, oficial de prevenção de acidentes na instrução; outro capitão de operações e responsável pelo exercício; um tenente, responsável pela instrução de orientação; um cabo e um soldado, auxiliares do treinamento

¹¹ Texto disponível em <http://g1.globo.com/sp/campinas-regiao/noticia/2016/11/aluno-da-escola-de-cadetes-morre-apos-infeccao-6-sao-hospitalizados.html>, consultado em 18/01/2018.

¹² Texto disponível em http://www.gaz.com.br/conteudos/policia/2017/05/16/94942-sargento_de_santa_cruz_morre_no_para_em_treinamento_do_exercito.html.php, consultado em 18/01/2018

¹³ Texto disponível em <https://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/justica-aceita-denuncia-contras-5-militares-por-morte-de-soldados-em-treinamento-na-grande-sp.ghtml>, consultado em 18/01/2018.

da “pista de orientação”¹⁴. Parentes disseram que os jovens não sabiam nadar. Sandra da Costa Ferreira, mãe de Vitor, afirmou que o jovem relatava constantes maus-tratos de seus superiores durante as atividades: “Ele já tinha relatado episódios de violência dentro do quartel. Meu filho já correu com febre e era obrigado a dividir uma garrafa d’água de dois litros com 45 soldados. ... Ele recebeu um kit com roupas e uma camisa veio repetida. Ao relatar isso para o superior, levou um soco na boca do estômago. Contou também já ter sido chutado e que o caminhão que transportava os meninos para outro treinamento circulava a 120 km/h” (ibidem). Em 19 de outubro, a Justiça Militar Federal aceitou a denúncia contra os capitães Moisés Lopes da Silva Júnior e Luiz Henrique Machado Brites, o 2º Tenente do Exército Rodrigo de Oliveira Salatiel, o Cabo Felipe de Oliveira Silva e o soldado Jorge Henrique Custódio Avanci. Esses são apenas alguns casos registrados! Não se sabe quantos outros permanecem silenciados!

Referências Bibliográficas

ARAS, Vladimir. As novas competências da Justiça Militar após a Lei 13.491/2017. <https://vladimiraras.blog/2017/10/18/as-novas-competencias-da-justica-militar-apos-a-lei-13-4912017/>, consultado em 10/02/2018.

CUNHA, Alf. Cadete se suicida dentro da academia militar das agulhas negras – aman. blog alf cunha, in <https://alfocunha.blogspot.com/2015/03/cadete-se-suicida-dentro-da-academia.html>, consultado em 10/02/2018.

LOPES, Paulo Roberto. Morre na Aman cadete que teria sido agredido por instrutores In <http://www.paulopes.com.br/2011/10/morre-na-aman-cadete-que-teria-sido.html>, consultado em 15/01/2018

COIMBRA, C. M. B., Tortura nas Forças Armadas. In <https://www.social.org.br/relatorio2001/relatorio003.htm>, consultado em 10/02/2018.

TEIXEIRA, Patrícia. Aluno da Escola de Cadetes morre após infecção; 6 são hospitalizados

G1.Campinas 17/11/2016, in <http://g1.globo.com/sp/campinas-regiao/noticia/2016/11/aluno-da-escola-de-cadetes-morre-apos-infeccao-6-sao-hospitalizados.html>, consultado em 18/01/2018

MENDONÇA, Alba Valéria. Meu filho era um cadete experiente, diz pai de jovem da Aman que morreu. In G1. Globo 07/10/2011, in <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2011/10/meu-filho-era-um-cadete-experiente-diz-pai-de-jovem-da-aman-que-morreu.html>, consultado em 18/01/2018

¹⁴ Idem

G1.Globo 21/05/2013 Sul do Rio e Costa Verde, in Cadete passa mal durante prova e morre na Aman, em Resende, no RJ. In <http://g1.globo.com/rj/sul-do-rio-costa-verde/noticia/2013/05/cadete-morre-durante-exercicio-na-aman-em-resende-no-rj.html>, consultado em 18/01/2018.

G1 SP Justiça aceita denúncia contra 5 militares por morte de soldados em treinamento na Grande SP(15/09/2017), in <https://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/justica-aceita-denuncia-contra-5-militares-por-morte-de-soldados-em-treinamento-na-grande-sp.ghtml>, consultado em 18/01/2018.

HENRIQUE, João. Cinco soldados do 7º BEC passam mal após treinamento. In <http://www.forte.jor.br/2010/04/16/cinco-soldados-do-7%C2%BA-bec-passam-mal-apos-treinamento/>, consultado em 15/01/2018

GRECO, H. A. Direito à Verdade, à Memória e à Justiça: a luta contra o estado de exceção continua! In GONÇALVES, M.A. (Org) A Coragem de Dizer – o direito à memória. Belo Horizonte: Editora D'Plácido, 2018.

O Dia. Marinha investiga morte de jovem durante treinamento, em 15/01/2016, in <https://odia.ig.com.br/noticia/rio-de-janeiro/2016-01-15/marinha-investiga-morte-de-jovem-durante-treinamento.html>, consultado em 18/01/2018

Portal Gazeta, Sargento de Santa Cruz morre no Pará em treinamento do Exército. In http://www.gaz.com.br/conteudos/policia/2017/05/16/94942-sargento_de_santa_cruz_morre_no_para_em_treinamento_do_exercito.html.php, consultado em 18/01/2018

RODRIGUES, Alan; ALVES FILHO; Francisco. GARCIA; Renato. A Mão Pesada do Exército. (25/06/2008) Revista Isto é Independente, in https://istoe.com.br/5167_A+MAO+PESADA+DO+EXERCITO/, consultado em 10/02/2018.

SODRÉ, N.W. História Militar do Brasil. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1968.

João Costa Filho: Jornalista; viveu na clandestinidade e no exílio durante o período da ditadura civil-militar; Membro da Diretoria Colegiada do Grupo Tortura Nunca Mais/RJ. E-mail: joacostafi@gmail.com

Artigo recebido para publicação em: Fevereiro de 2018.

Artigo aprovado para publicação em: Março de 2018.

Como citar:

FILHO. João Costa. Um passo à frente, dois atrás (ou) As Forças Armadas e o método da seleção natural forçada. **Revista Transversos**. “**Dossiê: Grupo Tortura Nunca Mais do Rio de Janeiro: três décadas de Resistência**”. Rio de Janeiro, n.º. 12, pp. 248-263, Ano 05. abr. 2018. Disponível em: <<http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/transversos>>. ISSN 2179-7528. DOI: 10.12957/transversos.2018.33666

